



REUNIÃO DE PONTOS FOCAIS DO GOVERNO ELETRÓNICO CPLP

28 a 30 de Novembro de 2011, Maputo - Moçambique

1. Introdução

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, criada em 17 de Julho de 1996, foi o instrumento idealizado para dinamizar e fortalecer as interações entre todos os Estados membros (EM): Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, tendo como objetivo geral à cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto, comunicação social, entre outros.

Entre os Estados membros observou-se, nestes últimos anos, uma grande disparidade em relação à abrangência, profundidade e ritmo na implementação de programas de Governo Eletrónico¹. Estas ações dependem fundamentalmente da absorção de novas tecnologias, de uma infra-estrutura avançada de telecomunicações e do acesso da sociedade a essas tecnologias, principalmente nas questões envolvendo a inclusão digital, a informacional e a social.

A adoção de políticas de Governo Eletrónico deve ser suportada por uma sólida base de conhecimentos. Embora os países da CPLP estejam em estágios diferenciados em relação ao desenvolvimento do Governo Eletrónico, é importante que haja um compartilhamento de suas iniciativas e experiências, tanto para aqueles que estão

¹O termo Governo Eletrónico está relacionado como uso das tecnologias da informação e comunicação por parte do Governo aplicado a um amplo conjunto das suas atividades. De forma particular, a Internet e as tecnologias afins que possuem o potencial de transformar as estruturas e operações do Governo.

iniciando projetos e programas nesta área, como também os que avançaram um pouco mais.

A gestão e partilha de conhecimento assumem-se como elementos centrais para impulsionar a inovação nos domínios do Governo Eletrónico. Não excluindo o relacionamento bilateral entre os países, a CPLP assume-se como um palco privilegiado para a partilha de conhecimento entre os diversos EM.

2. O PROJETO

2.1. Histórico

A cooperação no âmbito da CPLP em matéria de Governo Eletrónico foi manifestada pelo Secretario Executivo, a partir da assinatura da “Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia”, em Maputo - Moçambique, em julho de 2000.

As diferenças no grau atual e nas possibilidades de implementação de políticas de Governo Eletrónico nos países da CPLP trazem elementos comuns a serem explorados em termos de cooperação e reforçam a importância de se construir um projeto nessa área, trazendo para o centro das discussões a necessidade de partilhar experiências e catalisar recursos materiais, humanos e financeiros para as políticas dos países de menor desenvolvimento relativo da comunidade.

Outro ponto importante é buscar as experiências dos países que se encontram num estágio mais avançado, fazendo com que estas iniciativas sejam comungadas por todos, a partir de ações colaborativas e com o intercâmbio de profissionais, facilitado pela língua comum, oportunizando o desenvolvimento dos programas de Governo Eletrónico independentemente do nível em que se encontram.

Importa no entanto sublinhar que a troca de experiências é igualmente muito benéfica para os países com maior desenvolvimento relativo da Comunidade. Diversos exemplos entre os EM demonstram que a aprendizagem nestes domínios do Governo Eletrónico é feita de forma bidireccional, com naturais benefícios para todas as partes envolvidas.

Deste movimento surgiu um projeto de cooperação chamado “Governo Eletrónico – Primeira Fase”. Este projeto, após a realização de algumas atividades, não teve prosseguimento, ficando estagnado desde 2003, com recursos disponíveis e sem andamento a outras ações. Tendo este projeto sido aprovado em 2002 e, considerando o então estágio de evolução da área de Governo Eletrónico nos EM, em reunião realizada em novembro de 2008, os Pontos Focais da Cooperação reconheceram a necessidade de reformulação do projeto Governo Eletrónico da CPLP. Esta avaliação buscou rever o conteúdo do projeto, considerando aspectos de defasagem entre os objetivos iniciais, os documentos elaborados e a evolução decorrida, pois passaram-se então cinco anos.

A reestruturação do projeto visou permitir que todos os EM possam compartilhar experiências. Desta forma, foi manifestado o interesse de conclusão da fase I do projeto de Governo Eletrónico com a construção de um ambiente virtual para o compartilhamento de informação entre os EM, configurando um espaço dinâmico para a partilha de conhecimento, recursos e experiências.

Considerando os objetivos principais do projeto Governo Eletrónico, que visa à construção de uma rede colaborativa para a difusão de ações e geração de conhecimento sobre Governo Eletrónico, o projeto está aderente às premissas da CPLP buscando a cooperação mútua e promoção para o desenvolvimento dos EM.

2.2 Objetivos

Atualmente várias organizações públicas e privadas têm buscado acompanhar e estudar a evolução dos programas de Governo Eletrónico, objetivando identificar as melhores práticas, evitar estratégias pouco eficazes e observar novas idéias. Neste contexto, há diversas iniciativas e projetos no âmbito da CPLP que podem subsidiar outras ações e assim desenvolver um efetivo ambiente de troca e compartilhamento deste conhecimento.

O objetivo principal do projeto foi construir um ambiente virtual para a partilha de informações entre todos os Estados membros, constituindo um espaço dinâmico para o compartilhamento de conhecimento, recursos e experiências. Desta forma, além da construção, acompanhada por contributos e comentários dos diversos Estados membros, o projeto contemplava um seminário internacional para o lançamento do Ambiente

Colaborativo da CPLP em Governo Eletrónico, com workshops orientados ao uso do ambiente e outras temáticas que permeiam o Governo Eletrónico.

2.3 Descrição

O projeto visa o desenvolvimento de uma plataforma virtual para o compartilhamento de informações, relativas às iniciativas de Governo Eletrónico, entre todos os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Esta plataforma virtual foi implementada em ambiente Web, um sítio cujo conteúdo inicial deve conter o atual estágio em Governo Eletrónico dos oito EM, sendo posteriormente animada pelos próprios pontos focais de Governo Eletrónico da CPLP e/ou designados por eles.

Seguem, de forma resumida, algumas premissas que foram a implementadas neste ambiente de colaboração:

- Propiciar ferramentas como fóruns, blogs, wikis e outras que possam incentivar integração e interação entre os países membros;
- Prever ferramenta para que os usuários responsáveis pela publicação de conteúdo no ambiente possam fazê-lo sem que haja dependência da equipe técnica de desenvolvimento, tornando possível à verificação final do conteúdo antes de sua publicação.
- O ambiente deverá preservar a identidade visual do atual sítio da CPLP (<http://www.cplp.org>) a fim de prover maior homogeneidade entre ambos;
- O ambiente deverá estar em conformidade com as normas do e-MAG - Modelo de acessibilidade em Governo Eletrónico²;
- Deverão ser observadas as recomendações do Guia de Administração e das cartilhas de Usabilidade, Codificação e Redação Web dos padrões Brasil e-GOV;

² Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG>

- A solução deve estar alinhada às premissas do e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrónico³;
- Esta solução de colaboração deverá ser baseada em código aberto e software livre.

A conclusão do projeto culminou com o lançamento do Ambiente Colaborativo da CPLP em Governo Eletrónico, que ocorreu na cidade de Maputo – Moçambique, nos dias 28,29 e 30/11, com a participação de todos os Estados membros, no formato de um seminário internacional, com *workshops* temáticos.

3. O Evento

3.1 Descrição

A reunião dos Pontos Focais de Governo Eletrónico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, foi realizada entre os dias 28 a 30 de Novembro em Maputo – Moçambique. Na ocasião, em formato foram apresentadas e discutidas diversas iniciativas de governo eletrónico dos Estados membros da CPLP. O evento foi a etapa final do projeto executado no âmbito da Cooperação do Brasil com a CPLP, patrocinado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e que tem como Entidade Executora, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Também, durante a realização do evento foram tratados aspetos que poderão contribuir para a sequência dos projetos da CPLP em Governo Eletrónico, principalmente referente aqueles Estados membros que se encontram em estágios iniciais dos seus programas ou que ainda não estão desenvolvendo estas áreas.

O Evento foi conduzido em conjunto pelo Secretariado Executivo da CPLP, representado pelo Dr. Carlos Gonçalves e pela entidade executora, representada pelo Sr. João Batista Ferri de Oliveira.

³ Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-ping-padres-de-interoperabilidade>

3.2 Participantes

Pontos Focais dos Estados membros:

- **Angola:** Augusto Mota Carvalho
- **Brasil:** João Batista Ferri de Oliveira
- **Cabo Verde:** Jorge Lopes
- **Guiné-Bissau:** Alexandre M. Da Silva
- **Moçambique:** Lourino Chemane
- **Portugal:** João Ricardo Vasconcelos
- **São Tomé e Príncipe:** Constâncio de Andrade
- **Timor-Leste:** Marçal Sarmento

CPLP:

- **Carlos Gonçalves**

ABC:

- **Alessandra Ambrósio**

Outros participantes:

- Arlindo Chantumba: Moçambique
- Elisa Rodríguez: Cabo Verde
- Inocência Costa: São Tomé e Príncipe
- Ivan Garritano B. Junior: Brasil
- José Luis Lopes: Timor-Leste
- José Toras: Moçambique
- Laisse Mucavele: Moçambique
- Martins Kumanga: Moçambique
- Neidy S. Cunha: Guiné-Bissau

- Paulo Magul: Moçambique
- Raimundo Soares: Timor-Leste
- Sérgio Arnaldo: Moçambique
- Walter Teixeira: Angola

3.3 Palestrantes

Um representante de cada Estado membro apresentou a situação atual e a evolução dos seus programas de Governo Eletrónico desde a reunião ocorrida em 2008. Além disso, foram realizadas palestras específicas abordando os assuntos previamente discutidos e de interesse dos Estados membros, conforme programação em anexo e que tiveram os seguintes palestrantes:

- Antônio Augusto dos Santos Soares: Universidade Aberta do Brasil - Brasil
- António Batel Anjo – Universidade de Aveiro - Portugal
- Corinto Meffe: Ministério do Planeamento - Brasil
- Ivan Garritano: Ministério do Planeamento – Brasil
- João Ricardo Vasconcelos – Agência para a Modernização Administrativa - Portugal
- Regina Fraga: SERPRO - Brasil

3.4 Sessão de Abertura

O evento foi oficialmente aberto pelo Vice-Ministro do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique, Sua Excelência Eduardo Koloma; além da presença de representantes da Presidência da CPLP, exercida por Angola, Dr. Augusto Carvalho; do Secretariado Executivo da CPLP - Dr. Carlos Gonçalves e da entidade executora do projeto – Dr. João Batista Ferri de Oliveira - Diretor do Departamento de Governo Eletrónico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Na ocasião foram ressaltadas as necessidades de que os países de língua portuguesa tenham um intercâmbio mais acentuado em relação às questões envolvendo a

Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC e os aspectos que caracterizam o Governo Eletrónico.

3.5. Aprovação da Agenda de Trabalho

Após a sessão de abertura submeteu-se aos representantes presentes naquela plenária a aprovação da agenda dos trabalhos, a qual sofreu algumas modificações durante o evento, que consta em anexo.

3.6 Início dos Trabalhos

Os trabalhos se iniciaram com a apresentação das funcionalidades do Ambiente Colaborativo da CPLP em Governo Eletrónico. Depois se seguiram as demais apresentações e discussões a cerca dos temas percorridos pelos palestrantes.

4. Considerações em Relação ao Ambiente Colaborativo

- a) Incluir o termo "beta" no cabeçalho do portal ou em algum outro lugar relevante para ressaltar que se trata de uma solução de colaboração em amadurecimento.
- b) Definir junto a CPLP um domínio para o ambiente, visto que hoje, utiliza-se um domínio provisório no Brasil (cplp.governoeletronico.gov.br).
- c) Confecção de manual de operação para uso das ferramentas de colaboração e de publicação de informações no ambiente, que facilitem o processo de capacitação, para melhorar o uso do ambiente colaborativo. O mesmo deverá ser proposto pelo Brasil e sujeito às sugestões e comentários dos diversos Estados membros, num processo de colaboração multilateral.
- d) Desenvolver um documento conceitual do ambiente que caracterize a forma como ele será trabalhado, ou seja, a missão do ambiente, bem como o modelo de governança. O mesmo deverá ser proposto pelo Brasil e sujeito às sugestões e comentários dos diversos Estados membros, num processo de colaboração multilateral.

- e) Os Estados membros assumem a responsabilidade de informar quais os links que devem constar na página inicial, direcionando para a página oficial do governo ou outra oficial que trate das iniciativas de e-GOV locais.
- f) Os pontos focais devem informar quem serão os representantes (editores) que assumirão a responsabilidade pela publicação de conteúdos no ambiente.
- g) Administrar o ambiente no contexto do supergestor, que seria o responsável geral pelo ambiente e, também, do gestor por Estado membro.
- h) Os conteúdos iniciais a serem publicados no ambiente devem refletir o atual estágio de governo eletrônico nos Estados membros.
- i) Introdução do conceito de biblioteca categorizada, desenvolvendo-se assim um repositório de boas práticas partilhadas pelos diversos países.
- j) Definir claramente a dinâmica introduzida no ambiente no que se referem a conteúdos, temas, assuntos, etc...
- k) Melhorar as descrições e esclarecimentos sobre aspectos de segurança do ambiente.
- l) Os EM devem mandar via correio eletrônico os elementos que farão parte da equipe que alimentarão o Ambiente Colaborativo (Portal).

5. Encaminhamentos

O SECPLP colocou à consideração dos Pontos Focais a seguinte metodologia de trabalho:

Até 15 de Dezembro de 2011, a entidade executora do Projeto, o Ministério do Planejamento do Brasil deverá reencaminhar aos Pontos Focais, à ABC e ao SECPLP uma primeira versão do relatório final da reunião (REV 1);

Até 20 de Dezembro de 2011, os Pontos Focais deverão enviar os seus comentários e propostas de alteração ao documento, bem como as respectivas sugestões relativas aos requisitos envolvendo as funcionalidades, governança e gestão geral do Portal.

Até 23 de Dezembro de 2011, o Ministério do Planeamento do Brasil deverá circular uma nova versão consolidada do relatório final da reunião (REV 2);

Até 30 de Dezembro de 2011, se não houver alterações ao documento, presume-se aprovada o relatório final da reunião.

6. Decisões e Recomendações

Os Pontos Focais do Governo Eletrónico da CPLP decidiram:

Dar continuidade à troca de experiências e disseminação de boas práticas no âmbito do Governo Eletrónico, em particular, no mundo de língua portuguesa;

Reforçar as competências dos técnicos e dirigentes dos Estados membros em matéria de governo eletrónico.

Propor que as reuniões presenciais dos pontos focais ligados as TICs e Governo Eletrónico tenham periodicidade anual, com rotatividade. Desta forma, ocorreria uma maior aproximação e, efetivamente, o compartilhamento, a transferência de conhecimento e de melhores práticas entre os países, envolvendo projetos concretos e implementáveis.

Orientar que nos Países onde se realizar as reuniões da mais alta instância da CPLP ou de Ministros ou de Pontos Focais, deve constar uma visita a projetos de implementação de Governo Eletrónico.

Aferir a possibilidade de se organizarem reuniões regulares ou dedicadas à partilha de conhecimento sobre temáticas diversas com recurso à videoconferência.

Propor que a agenda de trabalho para a reunião dos Pontos Focais de Governo Eletrónico deva ter o aval de todos os EM, pelo menos 15 dias antes do encontro e validada no local do encontro.

Aprovar que, neste momento, o Brasil, por meio da entidade executora, faça o papel de supergestor do ambiente, enquanto se desenvolvem as modificações sugeridas e, também, para a construção do documento conceitual e de utilização do ambiente.

À luz das discussões da Reunião, os Pontos Focais do Governo Eletrónico da CPLP decidiram apresentar à XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, a ter lugar em Julho de 2012, em Maputo, as seguintes recomendações:

Mandar os Pontos Focais do Governo Eletrónico da CPLP como principais interlocutores nacionais para trabalharem em rede com o objetivo de partilhar conhecimento e boas práticas, bem como enviar conteúdos para a alimentação da plataforma Ambiente Colaborativo do Governo Eletrónico da CPLP;

Recomendar ao Secretariado Executivo da CPLP que deverá fazer passar a mensagem, em todas as reuniões de Chefes de Estado, de Governo e Ministeriais, da importância do Governo Eletrónico ou da Governança Eletrónica focalizado no cidadão.

Salientar a transversalidade do tema e a importância da coordenação e complementaridade de políticas com todas as áreas setoriais;

Interagir mais com os EM menos desenvolvidos em termos de Governo Eletrónico para que as ações possam estender-se para a implementação de processos.

Aprofundar a troca de experiências no sentido de propor ações a partir de projetos desenvolvidos nos Estados membros, como:

- A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil se prontificou a cooperar com os demais Estados membros para que todos possam estar inseridos no contexto do projeto OGP – Open Government Partnership;
- Intensificar o conhecimento do Software Público Brasileiro (SPB) em consonância com o projeto Software Público Internacional para que os Estados membros possam usufruir efetivamente dos aplicativos disponíveis no portal;

Portugal demonstrou grande possibilidade em partilhar conhecimento sobre diversos projetos seus, nomeadamente: *Lojas do Cidadão, Lojas da Empresa, Balcão do Empreendedor, Portal do Cidadão, Portal de Empresa, Dados.gov, Participação Pública, Simplex, Rede Comum de Conhecimento, Rede TIC, Cartão de Cidadão, Senha 001, Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública e SVN.gov.*

Buscar junto aos Estados membros o apoio para a realização de um novo programa de cooperação baseado no contexto e nos termos dos assuntos discutidos, que possa ser direcionado a iniciativas de melhoria destas áreas nos países e que possa, através do compartilhamento de práticas, reduzir diferenças e suprir carências que existem em vários níveis dentro no conceito de Governo Eletrónico.